

***(Breve evocação de José Augusto Mourão op,
no décimo aniversário da sua morte – 5.maio.2011)***



JOSÉ AUGUSTO MOURÃO
há vinte anos, em Janeiro
de 2001. Foto © Pedro
Cunha, cedida pelo autor

alusões
a um corpo
ausente

**«peço-te
a instabilidade do vazio
o lugar do observador
ou do contista de ruídos
a soleira da porta
a passagem de hóspedes
e alguma jubilação
pelo que renova o mundo»**

(«Pedido», *O Nome e a Forma* p. 132)

1.

Cada pessoa que fizer uma evocação de José Augusto Mourão fá-lo-á de um modo diferente. O percurso biográfico de Mourão presta-se a essa pluralidade quase heterodoxa, diferente das narrativas oficiais com as quais se canoniza uma vida e uma determinada biografia da mesma. Em primeiro lugar, claro, está a evocação feita pelos irmãos da sua ordem dominicana; a evocação feita pelas monjas dominicanas e pelas irmãs dominicanas de Santa Catarina de Sena; os colegas e alunos que trabalharam com Mourão no espaço da Academia e das Ciências da Comunicação; as pessoas que percorreram os encontros do ISTA (Instituto São Tomás de Aquino); as comunidades que acolheram as suas composições musicais; os leitores e leitoras que com regularidade visitam a sua poesia; etc. Tal pluralidade mostrará talvez o que ainda há a descobrir e, também, a trabalhar. A biografia de Mourão foi sucintamente bem exposta no artigo que António Marujo lhe dedicou no jornal *Público* aquando da sua morte ([O frade que trouxe a semiótica para Portugal](#)). A partir dessa data, 5 de maio de 2011, o corpo de Mourão tornou-se texto, tempo de possibilidades novas que farão, progressivamente, deixar a Mourão no que ele foi e fez, para descobrir a Mourão no que propôs e permitiu (*permitir*, verbo chave para um dos seus mestres, o jesuíta Michel de Certeau). Alguns passos foram dados nestes 10 anos transcorridos: a publicação de uma *Obra Seleta* em 2017 (edição INCM); as conferências anuais dedicadas a Mourão, por altura de maio, que as monjas do mosteiro do Lumiar organizaram até ao ano de 2016; alguns artigos, publicados em revistas científicas nacionais, de autores como Alfredo Teixeira, Gonçalo

Cordeiro, Luís Machado ou Moisés de Lemos Martins, entre outros; e sobretudo, os poemas que, a ritmo constante, continuam a ser partilhados em páginas pessoais ou institucionais no ciberespaço. Já da parte da teologia e da sua leitura da obra de Mourão, estará quase tudo por fazer. Ainda bem.



José Augusto Mourão nos primeiros anos como dominicano. Foto retirada de um blog que Mourão manteve no início da década de 2000 (<http://dominus.no.sapo.pt> — o blog já não se encontra ativo, tendo sido consultado através da plataforma [arquivo.pt](#)).

2.

É referido por quem contactou com Mourão que o próprio não se considerava poeta. Penso que não se trataria de modéstia ou de uma prática na qual um verdadeiro poeta raramente se considera como tal. Num artigo publicado em 1993 na revista *Humanística e*

Teologia da Faculdade de Teologia do Porto, Mourão – já com dois livros de poesia publicados – referia:

«Onde estão os leigos que entre nós se atrevem a falar de Deus? (...) Que pudor é este que entrega aos rimadores medíocres os versos que o povo canta nas igrejas, ou lemos em brochuras. Maria de Lourdes Belchior é, entre nós, uma exceção de honra (...). A distância, em relação à teologia, não podia ser mais marcada. E não recusa Sophia de Mello que digam de alguns dos seus poemas que são “místicos”?»

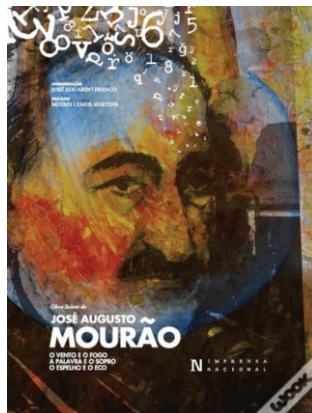
Há aqui uma questão de fundo: porque não pode jungir-se a poesia e a oração, a poesia e a teologia?». Lamento justificado. Em França, a Igreja soube convidar os poetas para colaborar com os teólogos, músicos e liturgistas no trabalho de tradução e recriação dos textos da liturgia católica, no âmbito da reforma pós-conciliar. Patrice Tour du Pin será o nome mais significativo desse grupo de poetas, com uma obra – publicada em França pelas edições Gallimard e infelizmente nunca traduzida em Portugal, à exceção de dois poemas incluídos por Mourão na sua própria obra poética – que exprime uma aventura espiritual notável. Tour du Pin escreveu e comentou o seu fecundo encontro com os “especialistas” da liturgia, que ele, enquanto poeta, não era. Já Mourão não poderia dizer o mesmo, pois foi teólogo, músico e liturgista. Mas, ao contrário do que sucedeu em França, em Portugal não terá havido poetas a trabalhar (a serem convidados a) a sua poesia na e para a liturgia. Mourão assumiu esse trabalho. Os leitores, ontem e hoje, agradecem. Deu uma falta, ou ausência, surgiu uma obra poética.

3.

A questão maior que terá percorrido a vida de Mourão é a questão maior da teologia: é possível nomear, dizer Deus? Não se trata de “raptar” o corpo textual de Mourão para as modestas fronteiras da teologia, ele que viveu para lá delas. Trata-se, eventualmente, de refletir sobre essas fronteiras. Em 1991, na revista *Ler* (nº 17), Mourão publicou um artigo que pode ser considerado programático, ainda que, depois, o tenha retomado sempre de outros modos que não o ensaio. O artigo tem por título *Dizer o Nome de Deus*. Refere:

«Experimentar a partir deste corpo e a partir das nossas palavras o corpo outro e o nome escondido, só uma

linguagem de pressentimento, de adivinhação táctil pode diante da Palavra que solicita, isto é, com a fé é-nos dada uma palavra que provoca outra palavra. Mantenhamo-nos na proximidade do interrogar».



Obra Seleta

Outro texto a realçar é uma *Abertura* que Mourão preparou para a edição de 1991 de *Dizer Deus ao (des)abrigo do Nome* (ed. Difusora Bíblica) e que não foi incluída na edição completa da sua Poesia:

«eis algumas alusões a um corpo ausente, escritas na alegria-dolorosa da sua presentificação. a ortolalia é triste, a figuração ortopédica de Deus é triste. e é difícil escapar a uma certa estereotípia, pelo menos formal.

se alguma compulsividade estes textos contrariam, será a da repetição maníaca de lugares comuns que tão mal dizem Deus. leiam-se, pois, como ensaios ou modos de dizer o Nome no espaço-tempo de quem responde à redução do que, nesse Nome, é um enigma e uma bênção».

Dizer Deus, o Nome, o corpo ausente, enigma e bênção que seduz: um programa poético que busca contrariar a “repetição maníaca de lugares comuns”, a ortolalia (termo que, a partir de duas palavras gregas, *orthos* e *lalein*, significa “falar corretamente”), a figuração ortopédica (que pensará Mourão com esta expressão?), a estereotipia. A «impostura da língua», na expressão de Llansol. Não está em causa o dizer ou nomear a Deus, mas o como e mesmo o quanto. A enunciação poética não deixa de constituir um ensaio, uma tentativa, um trabalho que contraria alguma compulsividade.

Trata-se – dirá Mourão noutra passagem do artigo na revista *Ler* antes citado – de praticar «a linguagem sobre Deus como uma treva luminosa». Expressão densa e difícil, que ecoa os místicos medievais caros a Mourão – Eckhart, Suso, Tauler, Ruusbroeck – alguns deles pertencentes à tradição dominicana. «Pratique-se a linguagem sobre Deus» constitui, de facto, o trabalho da teologia, entre o automatismo rotineiro da repetição das fórmulas e a discreta tentação do silêncio mudo... Mourão enfrentou este trabalho e fê-lo, não no comentário encerrado dos compêndios e dogmas, mas no próprio campo da linguagem humana com os seus textos, desde os místicos modernos aos romancistas, passando pelos novos fóruns (novos, tendo em conta a década de 2000), o hipertexto, o cinema de matriz neognóstica, a cibercultura. E paralelamente a liturgia, habitação onde, afinal, a poesia de Mourão se pronunciou.

4.

O texto é a mediação que o leitor dispõe para se encontrar com um autor. «Bem-aventurado sejas tu, ó texto». O autor perde-se no meio do texto, não está por detrás dele: a sua alteridade resiste-nos, o seu sentido pede um difícil e atento trabalho de leitura onde o hábito é o principal adversário. O tempo, agora, não

será já de permanecer apenas na evocação de datas, passos e realizações biográficas, mas de fazer a passagem para a receção de um texto que vem. O corpo textual de Mourão – poemas, homilias, artigos – permanece encerrado num túmulo [vazio] aguardando a sua convocação por parte do leitor, para que o trabalhe e o acolha no seu próprio habitat do mundo. Não faltam as vozes que poderão testemunhar como os poemas de Mourão já pertence a esse modo de habitat, e como as suas homilias continuam a desafiar a imaginação da fé.

Desse Texto emerge a busca de um Mistério. «Treva luminosa», «vazio verde», «páscoa de páscoas», «instante fugaz», «poeta das origens»... as evocações e enunciações de Deus são imensas e poderiam formar uma ladainha. A sua multiplicidade manifesta familiaridade, confiança, proximidade mas também a luta, sofrimento, travessia... de alguém que não recusou entrar na treva ou noite do Texto, do Nome, da Presença para aí lutar com o Anjo do sentido.

RUI VASCONCELOS

<https://setemargens.com/alusoes-a-um-corpo-ausente/> (04.05.2021)

História da Comunidade

Documento "9 DE MAIO"

"Com que poder e em nome de quem procedeis desta forma?" (Act 4,7)

I

Considerando que a acção pastoral da Igreja tem de reger-se, antes de mais, pelos valores sagrados e primeiros da Verdade e da Justiça, considerando que a actuação pastoral da Igreja tem de ser desenvolvida de tal modo que nem origine nem pactue com situações de contra-testemunho evangélico, isto é, com situações que, na prática, escondam a luz do Evangelho ou afirmem mesmo o contrário do Evangelho;

considerando que a pregação do Evangelho não pode sofrer pressões nem ameaças seja de quem for e de que estilo forem, sob pena de a Igreja poder ser considerada conivente no amordaçar do mesmo Evangelho;

considerando que a Liturgia da Igreja, cume e fonte da sua vida, não pode ser condicionada seja por quem for e não pode ser instrumentalizada para obtenção de quaisquer fins que não sejam os de alimentar e exprimir com verdade evangélica a vida teológica da mesma Igreja concretizada numa Comunidade de Cristãos;

considerando que a actuação pastoral da Igreja tem de ser coerente com o Evangelho que é a sua Lei, a tal ponto que não permita, antes denuncie, qualquer situação de menos verdade ou iniquidade;

considerando que a Igreja é fundamentalmente a reunião dos que, marcados com o sinal do Baptismo, firmes na Esperança e solidários no Amor, são peregrinos a caminho do Reino de Deus que vão, entretanto, construindo já neste mundo;

considerando que é ao presbítero que, sob a autoridade do Bispo, compete o governo pastoral da Comunidade Cristã a si confiada;

considerando que ao presbítero, sob a autoridade episcopal, compete o reconhecimento daqueles que, na Comunidade e à Comunidade, prestam um serviço ou ministério eclesial;

II

Considerando que a Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Pilar tem reivindicado para si o direito de orientar a actividade pastoral desenvolvida na Serra do Pilar, o

que não lhe compete e lhe não é reconhecido por ninguém com poder para tal;

considerando que a mesma tem desenvolvido acções contra a Verdade e a Justiça,

caluniando, difamando e tentando aliciar, sempre com o fim de desautorizar e comprometer a pessoa do seu presbítero, de alguns dos seus mais directos colaboradores e de muitos dos que servem ministerialmente esta Comunidade, e assim pôr em causa a acção pastoral desenvolvida na Serra do Pilar;

considerando que a mesma tem feito toda a espécie de pressões e ameaças no sentido de o seu presbítero se demitir ou ser afastado do seu lugar de presidente desta Comunidade;

considerando que a mesma tem reivindicado o direito de dirigir e criticar a actuação do presbítero, pretendendo-o seu subordinado ou contratado, e tentando impor-lhe normas de actuação e governo pastoral;

considerando que a mesma se tem julgado no direito de criticar violentamente a pregação aqui feita e a Liturgia aqui celebrada;

considerando que tem dado origem na Igreja da Serra do Pilar a situações de ambiguidade que poderão ser atribuídas ao seu presbítero por falta de informação verdadeira e completa, informação que, entretanto, nunca foi dada à Comunidade na tentativa de obstar a males maiores e de conseguir um sempre desejado e procurado entendimento mínimo;

considerando que ao presbítero da Comunidade nunca foi reconhecido o direito de participar na gestão dos dinheiros oferecidos pelos fiéis para a acção pastoral desenvolvida nesta igreja, que da sua gestão e administração não são apresentadas contas à Cúria Episcopal do Porto, e que o mesmo presbítero sempre se viu na posição de ter de "pedir" dinheiro para isto e para aquilo - que aliás, nunca lhe foi negado -, e que uma vez se viu sujeito a ouvir críticas por ter gasto "dinheiro da Irmandade" (!);

considerando que, a partir do dia 1 de Maio, a Irmandade decidiu assumir o controle efectivo das ofertas em dinheiro feitas pelos fiéis, em contexto de celebração da Eucaristia para as necessidades da vida da Comunidade Cristã, sem que efectivamente, o procedimento anterior quer do presbítero quer do empregado justificasse tal suspeita;

considerando que grupos de cristãos que na Serra do Pilar prestam serviços à Comunidade foram, impedido de se preparar para tal, negando-se-lhe a chave de igreja, sem qualquer conhecimento prévio dado ao seu presbítero e contra o que vinha sendo costume;

outro, mais do que uma vez ameaçado de que poderia vir a ser impedido de se preparar nas instalações da igreja da Serra do Pilar;

considerando que o empregado da igreja foi afastado do seu serviço e, para o substituir, foi contratado um outro sem que o presbítero fosse ouvido, tendo-lhe apenas sido comunicada, por escrito, a decisão já tomada;

considerando que este novo empregado tomou posse no passado dia 1 de Maio, depois de ter sido expressamente dito que não seria considerado estar ao serviço da Comunidade e de ter sido afirmado ainda que tal era a orientação do Bispo de Diocese expressamente dada para o caso;

considerando que a mesma Irmandade tem afastado algum elemento por razões que presbítero e ele desconhecem, mas presumem;

considerando que a mesma apresenta como Irmão pessoa que só foi declarada como tal ao fim de quase ano e meio de acção pastoral na Serra do Pilar presidida e orientada pelo seu actual presbítero;

considerando que os esforços feitos pelos Sr.s Albertino Andrade e Elias Borges, elementos da Irmandade, no sentido de que esta se inserisse minimamente no Processo da Igreja da Serra do Pilar, sempre resultaram infrutíferos, e que, em consciência, deve referir-se a dignidade de comportamento e de posições assumidas por estes seus membros;

considerando que esta situação não pode manter-se pois é responsável por um clima emocional a todos prejudicial;

III

perfeitamente consciente dos riscos físicos, morais e pastorais a que me exponho;

depois de madura reflexão, depois de ouvido o Bispo da Diocese e esgotadas todas as formas de entendimento mínimo, comunico à Comunidade Cristã da Serra do Pilar as seguintes resoluções que

tomei:

1. Manter o Sr. Cunha ao serviço da Comunidade Cristã da Serra do Pilar.

Isto não significa qualquer desconfiança face ao novo empregado, Sr. Marcelino, vítima de uma situação de que não sou responsável nem posso evidentemente assumir a responsabilidade;

2. Suspender e proibir, e até determinação em contrário, qualquer recolha de ofertas em dinheiro a fazer em qualquer celebração litúrgica ou para-litúrgica que venha a realizar-se nesta Igreja;

3. Nomear uma Comissão Administrativa para gestão e administração dos dinheiros oferecidos para a vida da Comunidade.

Esta Comissão prestará contas integrais da sua administração à Comunidade Cristã da Serra do Pilar, a mim - seu presidente, e à Cúria Episcopal do Porto.

4. Pedir aos cristãos que, tendo em conta que as necessidades económicas da nossa

Comunidade não param, e sentindo o dever de para elas continuar a contribuir com ofertas em dinheiro, as entreguem pessoalmente a mim ou a qualquer um dos membros da Comissão atrás referida.

Com todos os riscos económicos que esta decisão implica, restituiremos ao gesto da Oferta a sua autêntica verdade: dinheiro oferecido à Igreja, pela Igreja e para serviço da Igreja.

Pe. Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha

1976.05.09



Videira:

Em memória de JOSÉ AUGUSTO MOURÃO

Meditação em torno aos Evangelhos do quinto e sexto domingos da Páscoa (João 15,1-8.9-17, proclamados a 2 e 9 de maio) redigida pelo frade dominicano JOSÉ AUGUSTO MOURÃO, evocado nos dez anos da morte (14.6.1957-5.5.2011).

1. A suspeita que o outro sempre traz. Como acreditar que um perseguidor se torne discípulo? Como pode um fanático (fariseu) ser reconhecido como discípulo? Como reconhecer que alguém se converteu? Haverá critérios? Sim, o testemunho aberto, o debate, o conflito (Damasco). A vida transforma-se ao sol de Deus.

2. A Igreja é um corpo a caminho, uma construção. Como um organismo vivo. Como palavra, que é um vivo. A palavra não é informação, mas transformação. Na floresta da linguagem, quando o vento da fala deixa de agitar a folhagem das palavras, abafamo-lo. A palavra deve formar comunidade. O garante desse crescimento é o Espírito que não é o gestor das obras, mas a Vida que move o mundo.

3. Onde vem a certeza que Deus está conosco? Antes de mais da guarda dos mandamentos, que se resumem nisto: amar: do Espírito que Ele nos deu. A palavra pura é um princípio de animação, de sopro de vida.

4. A parábola da videira e dos sarmentos aponta para a ideia do fluxo, da seiva, do contínuo, dos ligamentos. Fazem parte da vida da videira os ramos secos, a esterilidade e a abundância. Que pede Cristo? Que permaneçamos no amor. Que mantém unido um casal? O amor em obras. Não há amor imóvel. Os divórcios nascem da esterilidade da relação que começa quando a palavra se tornou estéril.

5. A Igreja vive em crise, as paróquias esvaziam-se. O imobilismo mata. O medo mata. A questão é permanecer, como a tentação é julgar, queimar. A esterilidade é um vírus que está em nós. A tentação da destruição é outro.

6. Neste mundo não há apenas crentes nem católicos. Num mundo sem Deus, como é que Cristo pode tornar-se também o Senhor dos não-religiosos? A missão dos enviados da Igreja não se limita à liturgia, nem exclusivamente à difusão da Boa-Nova.

7. O cristianismo no seu estado originário é constituído por um acontecimento nunca visto, nem por judeu, nem grego, nem por homem nem mulher, nem pelo mundo dos homens livres ou escravos. O cristianismo é um real que não pertence a nenhuma cultura identificada e na qual todos se podem identificar, permanecendo cada um nas suas particularidades (judeu, grego, homem, mulher, escravo ou livre): todos são filhos deste acontecimento: a ressurreição.

8. A paz, a conversão – é isso que nos falta. A conversão à paz deve provir do mandamento: «não matarás», «não roubarás». Os pecadores não são os outros. Os países a converter já não são apenas os que foram ou ainda são comunistas. A conversão deve acompanhar tudo o que o humano transporta na sua caminhada para Deus. Que Maria nos dê a mão nesta caminhada.